

HABEAS CORPUS nº 0816373-54.2022.8.10.0000 Paciente : Claude Vandamme  
Moura Soares Impetrante : Defensoria Pública Estadual (Dr. Leandro Pires  
de Araújo) Impetrados : Juízes de Direito da Vara Especial Colegiada dos  
Crimes Organizados Incidência Penal : art. 2º, § 2º da Lei 12.850/2013  
Órgão Julgador : 2ª Câmara Criminal Relator : Desembargador Vicente de  
Castro HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA.  
AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO. AÇÃO PENAL. EXCESSO DE  
PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA.  
PLURALIDADE DE RÉUS. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP.  
PERICULOSIDADE CONCRETA. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. INSUFICIÊNCIA E  
INADEQUAÇÃO. REJEIÇÃO. ORDEM DENEGADA. I. Conforme entendimento  
consolidado do STF e STJ, a mera soma aritmética dos prazos abstratamente  
previstos na lei processual não caracteriza automaticamente o excesso de  
prazo na formação da culpa, devendo ser observadas as peculiaridades do  
caso concreto. II. Constatada, na espécie, a complexidade da causa, que  
envolve organização criminosa armada responsável por diversos delitos, com  
pluralidade de réus (14 ao todo), pelo que não há falar em excesso de  
prazo. III. Uma vez justificada a imprescindibilidade da segregação  
antecipada do paciente, não há falar em aplicação de medidas cautelares  
diversas da prisão, posto que insuficientes e inadequadas, diante das  
circunstâncias do caso analisado, envolvendo vários delitos, em contexto  
de organização criminosa. IV. Ordem denegada, de acordo com o parecer da  
PGJ. (HCCrim 0816373-54.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) VICENTE DE  
PAULA GOMES DE CASTRO, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 08/12/2022)